

suficientes não apenas para a concessão da liminar ora requerida, qual seja a suspensão do certame até julgamento final do presente mandamus.

A fumaça do bom direito está presente nas instruções normativas de âmbito federal contrárias ao uso de softwares de “robôs”, pela clara fraude aos princípios basilares da administração pública, bem como as diversas decisões dos entes federados contrários a referida prática vastamente esplanadas alhures. Sendo que, afim de evitar a homologação do certame, com a empresa impetrada vencedora, após comprovada fraude, medida que se impõe é a suspensão do procedimento até a decisão final nos presentes autos.

5.2 PERICULUM IN MORA:

O perigo na demora da concessão da liminar ora requerida não poderia ser mais evidente: O Impetrante foi solenemente violentado pela debilidade administrativa do ato da Autoridade Coatoras, que **MACULOU A LISURA DO CERTAME, E PODERÁ AFASTÁ-LA DO SEU CONTRATO POR CULPA DE UM ATO ILEGAL E NULO VISTO QUE CLARAMENTE HOVE FRAUDE DO CERTAMEN ATRAVES DA UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES “ROBÔS”**, o que poderá ocorrer a qualquer momento.

Não se trata de possibilidade de perecimento de direito – **SE TRATA DA POSSIBILIDADE DE IRREVERSÍVEL PREJUÍZO NÃO APENAS AO IMPETRANTE, MAS, PRINCIPALMENTE, A TODA A SOCIEDADE LOCAL**, a partir da consolidação de um eminente resultado final ilegal.

Devemos destacar que caso o procedimento licitatório não seja suspenso de pronto poderá acarretar em decretação da empresa impetrada como vencedora, consequência disso o estado estaria fechando um contrato de milhões com uma empresa que claramente fraudou um procedimento licitatório com o irregular uso de softwares de robôs para vencer um procedimento licitatório, estaríamos portanto falando da chancela do estado em ato de fraude e afronta ao princípios da administração Pública.

Portanto o periculum in mora vai além do contrato administrativo discutido na presente pois abriria precedentes para farra de fraudes junto as licitações do estado. Visto que o próprio TCE trouxe larga publicidade ao fato de aceitar a utilização de robôs em procedimentos licitatórios sem qualquer fundamentação jurídica contrariando todo o ordenamento jurídico pátrio.